

Palavras do diretor

O presente número da *Revista de Administração Pública* apresenta matéria que abrange variada gama de interesse para os estudiosos da área. Constituído por quatro artigos, um documento e uma resenha bibliográfica, seu conteúdo é um estímulo para aqueles que se dedicam ao estudo dos mecanismos de redistribuição de renda, da reforma administrativa no Brasil, do desenvolvimento de uma área profissional (e sua relevância tanto para a política de transporte quanto para o meio ambiente) e da contribuição experimental do planejamento na América Latina para o planejamento norte-americano.

Redistribuição de renda através da previdência social: o caso brasileiro, de Fernando Rezende, examina as despesas públicas em programas de previdência social como instrumento governamental para redistribuição de rendas. Segundo o autor, duas razões principais podem ser apontadas para justificar o estudo em pauta — a primeira seria uma tentativa de minimizar a problemática decorrente da carência de dados acurados sobre as estimativas empíricas em relação aos efeitos redistributivos das despesas governamentais; a segunda considera que a análise de programas de previdência social pode fornecer um meio de mobilização de fundos para serem aplicados à redução do nível global de pobreza, porque seus benefícios tradicionais podem ter, a curto prazo, um importante impacto redistributivo, desde que ocorram as seguintes situações: a) que os mesmos benefícios sejam proporcionados a toda a população, independentemente do tipo de emprego ocupado pelos indivíduos; b) que o nível dos benefícios prestados não dependa inteiramente do total da contribuição prévia de cada um. Para efeito de análise, o autor distribui os programas em dois grupos: o tradicional e o não-tradicional, cada qual com impactos e vantagens diferentes em relação à redistribuição de renda, razão por que o autor sugere sua integração, para que possam maximizar sua dinâmica potencial.

O segundo artigo deste número é o terceiro de uma série que Beatriz de Souza Warhlich vem publicando na *RAP* sobre a evolução dos esforços para reforma administrativa no Brasil. Nele a autora analisa o período de

1936/1938, caracterizando-o como a fase de institucionalização da reforma administrativa, através da atuação do Conselho Federal do Serviço Público Civil (na área de pessoal e da organização administrativa) e da Comissão Permanente de Padronização (na área de administração de material).

Após detalhado estudo da atuação desses dois órgãos que também revelaram tendência, já assinalada nos artigos anteriores, de inspirar-se na concepção weberiana da burocracia e na experiência norte-americana de Serviço Civil, a autora salienta que o desempenho sistemático e cuidadoso do Conselho em sua *função judicativa* representou importantíssima contribuição ao processo de institucionalização da reforma administrativa.

O terceiro artigo, de Josef Barat, procura mostrar a relação que deveria existir entre a atuação do desenhista industrial e a área da política de transporte, especialmente no contexto urbano. Nele o autor ressalta a importância da contribuição do *designer* como responsável pela criação e manutenção do equilíbrio estético-funcional do ambiente, criado pela interação indústria-urbanização. Ao destacar o papel do transporte como fator de articulação da vida urbana, o autor adverte-nos contra a tradicional despreocupação dos planejadores pelos aspectos funcionais e visuais dos meios de transporte, da sinalização, dos abrigos e dos terminais, ressaltando as possibilidades e as iniciativas do poder público no sentido de encontrar soluções para melhorar as condições físicas, visuais e estéticas do novo Estado do Rio de Janeiro. Ratificando suas palavras, Barat enumera uma série de projetos que demonstram a viabilidade prática de cooperação entre a Secretaria Estadual de Transportes e a Escola Superior de Desenho Industrial.

A relevância da experiência planejamentista da América Latina para os Estados Unidos representa um esforço na análise da experiência de diversos países latino-americanos em relação ao planejamento e das vantagens que os Estados Unidos da América do Norte poderão dela extrair para estabelecer um sistema formal e sofisticado de planejamento nacional, já que parece inexorável a tendência, a longo prazo, de aumentar o controle que o governo exerce sobre suas próprias atividades e as do setor privado.

O autor salienta a pobreza da literatura a respeito do impacto causado pelo planejamento na América Latina, mostrando, entretanto, que as obras existentes sobre o assunto enfatizam a ineficácia do planejamento em relação ao alcance dos objetivos estabelecidos, devido ao fato de os governos latino-americanos não terem usado os planos de desenvolvimento como orientadores para a ação do setor público.

Essa análise, elaborada por Gayle Avant, teve por objetivo comentar o projeto de lei Humphrey-Javits sobre planejamento nacional nos Estados Unidos e chamar a atenção para o fato de que, aprovada a lei, mesmo os responsáveis por sua elaboração e introdução no Congresso americano poderão ficar, não apenas surpresos, mas também desapontados com o fruto de seu trabalho.

Na seção de documentos, a *RAP* publica Papel do município no desenvolvimento nacional, trabalho elaborado por Paulo Fernando Cavallieri,

pertencente ao corpo técnico do Centro de Pesquisas Urbanas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, com base em esquema original do Prof. Diogo Lordello de Mello, que trata da contribuição dos municípios de pequeno e médio porte para o desenvolvimento nacional.

A Resenha Bibliográfica comenta a obra de Oswaldo Trigueiro do Vale sobre O Supremo Tribunal Federal e a instabilidade político-institucional, monografia elaborada pelo autor como requisito para obtenção do grau de mestre em administração pública, pela Escola Brasileira de Administração Pública.

Após o reconhecimento, pelo Conselho Federal de Educação, de seu Curso de Mestrado em Administração Pública, a Escola Brasileira de Administração Pública resolveu iniciar, através da seção Resenha bibliográfica, da *RAP*, a divulgação de resumos das monografias que têm sido aprovadas pelas comissões julgadoras.

Neste número, são publicados, assim, os resumos de nove dessas monografias, dentre as quais se inclui a que deu origem à obra comentada no parágrafo anterior.